

ACTA NÚMERO 126 (CENTO E VINTE E SEIS)

Aos dez dias do mês de Abril de dois mil e dezoito, pelas dezoito horas e quarenta cinco minutos, no auditório do Centro de Medicina Desportiva de Lisboa, sítio na Av.^a Professor Egas Moniz, 1600-190 Lisboa, reuniu em segunda convocatória a Assembleia Geral Ordinária da Federação Portuguesa de Rugby (FPR), regularmente convocada para o efeito, nos termos e para os efeitos do disposto no n.^º 1 do artigo 20º dos Estatutos da Federação Portuguesa de Rugby, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um – Orçamento de Tesouraria e apresentação de previsão financeira até ao final do ano;

Ponto Dois – Apresentação, apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas do Exercício de 2017;

Ponto Três – Informação sobre modelos competitivos;

Ponto Quatro – Aprovação de adenda ao Plano de Actividades e Orçamento 2018 – Programa de Ética no Desporto 2018 (obrigatório por lei)

A Mesa da Assembleia Geral foi constituída pelo respectivo Presidente, Tito Arantes Fontes, pelo Vice-Presidente Miguel Cordovil Matos e pelo Secretário Miguel Rodrigues.

À hora marcada para a primeira convocatória (18.00 horas), o Presidente da Assembleia constatou que não se encontrava reunido o quórum necessário para deliberar, nos termos do n.^º 4 do Artigo 20.^º dos Estatutos, pelo que se decidiu aguardar pela hora marcada para a segunda convocatória (18.30 horas). Às 18H30 o Presidente da Mesa da Assembleia Geral informou os delegados que iria aguardar mais 15 minutos para dar início aos trabalhos, para permitir que chegassem mais delegados que estavam retidos pela intempéria que se abateu sobre Lisboa.

Às dezoito horas e quarenta e cinco minutos encontravam-se presentes os seguintes delegados, conforme lista de presenças: Paulo Picão Eusébio e Ricardo Nunes (AA Coimbra); Leonardo Falcão Trigoso (AA AIS Agronomia); José Luis Teixeira Duarte (Nova Rugby); Vasco Sevinato Pinto (AEIS Agronomia); Luis Baptista (Belas RC); António Ferreira Marques e Pedro Maldonado Freitas (Caldas RC); Miguel Cordovil Matos e Miguel Rodrigues (CDUL); António Português e Luís Bessa (CDUP); Miguel Freudenthal (CF Belenenses); Manuel Couto, Nuno Raimundo e Francisco Martins (CR Évora); Miguel Teixeira (CR São Miguel); Artur Conceição, Pedro Lucas e Jorge Rosa (CR Técnico); António Costa (CRAV); Pedro Fragoso Mendes e João Diniz (GD Direito); José Maria Correia de Sampaio (GDS Cascais); João Magro, José Carlos Duarte e Paulo Barata Duarte (RC Lousã); António Xavier, João Malta e António

Marques dos Santos (RC Montemor); Nuno Serra, Pedro Gonzaga e Frederico Taborda Monteiro (RC Santarém); Rodrigo Alves, António Simões dos Santos, Luís Moutela e Francisco Grenho (SL Benfica); Tito Arantes Fontes (Sporting CP); Pedro Vieira (ANAR); Luis Canogia Costa (ARS).

Encontravam-se também presentes o Presidente da FPR Luís Cassiano Neves e os Vice Presidentes da Direcção Carlos Lobo Gaspar, Marta Ferreira e Rui Neves, Pedro Ribeiro do Conselho Geral, Joaquim Oliveira de Jesus (Conselho Fiscal), admitidos a participar nos trabalhos da Assembleia Geral no termos do nº. 10 do artigo 20º do Estatutos da Federação Portuguesa de Rugby

Pelas 18H45, antes de entrar na discussão da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral submeteu à votação, em separado, dois pedidos de autorização para assistir à reunião, nos termos do n.º10 do artigo 20º dos Estatutos, sendo o primeiro relativo à participação da Dra. Maria João Xavier, Técnica Oficial de Contas da FPR, que foi aprovado por unanimidade, pelo que a mesma foi admitida a estar presente e participar nos trabalhos e um segundo pedido, relativo ao senhor Rui Alvarez, que obteve o voto contra do delegado Francisco Martins, pelo que o mesmo não foi admitido a participar nos trabalhos.

O Presidente da FPR pediu a palavra para apelar ao delegado Francisco Martins para rever a sua oposição à presença do Senhor Rui Alvarez, mas o delegado Francisco Martins manteve o voto contra.

Seguidamente, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral informou a Assembleia que o Presidente da FPR tinha apresentado uma proposta de alteração da ordem de trabalhos, nos termos da qual o ponto um passaria a ser o anterior ponto quatro, o ponto dois mantém-se, o ponto três passaria a ser o anterior ponto um e o ponto quatro passaria a ser o anterior ponto três. Posta à votação foi a proposta aprovada por unanimidade e a ordem dos trabalhos alterada em conformidade.

Verificada a presença dos referidos delegados e a suficiência dos mesmos para abrir os trabalhos nos termos estatutários, o Presidente deu então início à discussão da ordem de trabalhos da Assembleia Geral, em segunda convocatória, pelas 18.45 horas.

Dando início à discussão, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra ao Presidente da FPR Luis Cassiano Neves que teceu algumas considerações sobre a adenda ao Plano de Actividades e Orçamento, explicando que se tratava do cumprimento de uma obrigação legal e de um requisito imposto pelo IPDJ. Não havendo quem desejasse usar da palavra, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral pôs à votação o novo ponto um da ordem de trabalhos, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Passando ao ponto dois o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra ao Presidente da FPR que começou por esclarecer que o adiamento desta Assembleia teve por fundamento a intenção da Direcção em disponibilizar atempadamente a documentação aos delegados. O Presidente considera que o ano de 2017 foi o primeiro ano em que verdadeiramente se fez a notar a implementação dos princípios de gestão iniciados em 2016. Acredita que as estruturas da FPR se encontram no ponto mínimo, que cortar mais tornará impossível assegurar o funcionamento regular do rugby português. De resto, entende que muitos dos erros imputados a esta Direcção estão directamente relacionados com o facto dos recursos humanos estarem esticados para lá dos limites. Considera este ano como o ano do limiar crítico mínimo. Admitiu que se pudesse questionar os custos com os requisitados Tomaz Morais, Henrique Garcia e Rui Carvoeira, mas entende que os mesmos têm apresentado excelentes resultados. Se se cortar nesses recursos, considera que ou se vai ter uma quebra na qualidade ou se vai ter de gastar o mesmo ou mais para contratar profissionais de qualidade.

Pidiu a palavra Pedro Sousa Ribeiro, do Conselho Geral, que lamentou que no Relatório e Contas se tenha alterado a grafia da palavra rugby para râguebi e pediu para que corrigissem que no Conselho Geral não existem vogais existem membros.. Relativamente às despesas do orçamento teceu diversos comentários e questionou a Direcção sobre o processo jurídico contra o anterior director financeiro João Costa.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral passou então a palavra a Maria João Xavier – Técnica Oficial de Contas da FPR, que esclareceu as questões postas por Pedro Sousa Ribeiro.

Seguidamente, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral passou a palavra ao Presidente da FPR que informou que o Dr. João Costa foi condenado em tribunal e a FPR tem direito a ser indemnizada em cerca de 35.000,00 euros, montante muito abaixo dos 92.000,00 euros reclamados pela FPR, mas o recurso apresentado não foi aceite pelo Tribunal. Esclareceu ainda alguns aspectos financeiros relacionados com os “grants” da World Rugby.

Por esta altura foi apresentado à Mesa da Assembleia Geral um requerimento, subscrito pelos senhores Fernando Mendes e Guilherme Themudo, membros da Direcção da ANAR, para assistirem à Assembleia Geral, nos termos do n.º10 do artigo 20.º dos estatutos. Posto o pedido de participação à consideração da Assembleia Geral, o mesmo mereceu a aprovação da totalidade dos delegados presentes, pelo que os requerentes foram admitidos a participar do remanescente dos trabalhos, nos termos da aludida norma estatutária.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral passou então a palavra a Pedro Vieira da ANAR que sobre o relatório e contas referiu que há mais 34 jovens árbitros para além de mais 8 árbitros que já arbitram jogos oficiais. Pediu esclarecimentos dos montantes

dos prémios e deslocações dos árbitros. Referiu que o recrutamento de jovens árbitros passou a ser governado por um braço da Direcção, em lugar do Conselho de Arbitragem, conforme estatutariamente previsto. Indagou quais eram os dois técnicos de arbitragem que exerceram actividade até 31/07/2017 e se deixou de haver técnicos. Considerou o montante de 78.000,00 euros atribuído à arbitragem um montante exíguo relativamente aos 10% que outras federações dão.

Luis Cassiano Neves negou que estivesse em causa um braço da Direcção no recrutamento e formação inicial da arbitragem e esclareceu que no seu entendimento os Estatutos dão competência ao Conselho de Arbitragem para avaliar e nomear. Informou que os técnicos que recebiam para fazer observação dos árbitros eram Jorge Mendes Silva, Nuno Coelho e Álvaro Correia Santos e que a FPR cortou essas renúmerações porque o trabalho desenvolvido não produzia o retorno que se pretendia.

Pedro Sousa Ribeiro, do Conselho Geral, defendeu a presença do Presidente do Conselho de Arbitragem na Direcção executiva da FPR e lamentou a inexistência de tabela de classificação de árbitros.

O Vice Presidente da Direcção, Carlos Gaspar, interveio neste momento, sugerindo ao delegado Pedro Vieira que depois o esclareceria directamente sobre as questões que o mesmo colocou relacionadas com as contas da arbitragem, uma vez que se revelava difícil fazê-lo naquele momento, porque a numeração das páginas citadas não coincidia.

Luis Canogia, da ARS, informou que pela primeira vez não iria poder favoravelmente um documento apresentado pela Direcção, nomeadamente o Relatório e Contas, por no mesmo não constar a dívida da FPR para com a ARS. Entende que as obrigações dos protocolos deveriam estar reflectidas nas contas e não o estão. Apesar disso congratulou a Direcção da FPR pelo Relatório e Contas muito explícito.

A Dra. Maria João Xavier interveio, esclarecendo que em termos de SNC tem de reflectir os custos de que tenha conhecimento e não tinha conhecimento desses custos. O delegado Luis Canogia replicou que deveria ter, porque constam dos protocolos.

Carlos Gaspar, da Direcção da FPR, assumiu a responsabilidades por não ter sido dada entrada de uma factura da ARS de cerca de 20.000,00 euros, esclarecendo que essa verba irá ser transportada para o Relatório e Contas de 2018.

Luis Canogia, da ARS, diz que o problema é a falta de reconhecimento do contrato entre a FPR e a ARS e verifica que também o contrato da CRRC não está contabilizado, daí não poder aprovar as contas. Lamentou que a falta de dois documentos da responsabilidade de um elemento da FPR tenha posto em causa a factura da ARS.

Luis Cassiano Neves agradeceu a intervenção apesar de não concordar com algumas considerações, nomeadamente o facto de o técnico regional mencionado, que é pago pela FPR, ser na realidade um subordinado da ARS.

Rodrigo Alves, do SL Benfica, disse achar absurdo que nove pessoas na FPR tenham um custo anual de 280 mil euros, comparativamente com outros tempos em que havia uma maior actividade desportiva, e perguntou se a FPR está limitada por questões contratuais para fazer um “downsize” destes custos.

Luis Cassiano Neves disse que assustador era quando se pagavam 70 mil euros anuais a selecionadores nacionais, e que a actividade desportiva é praticamente a mesma com excepção da participação na World Sevens Series. Reconhece que celebrou contratos de longa duração com dois selecionadores nacionais a conselho da World Rugby que apontava como fraqueza não haver uma estabilidade contratual dos selecionadores nacionais. Os requisitados estão na FPR ao abrigo do protocolo com o IPDJ, que cobre uma parte substancial das suas remunerações.

Não havendo mais quem desejasse usar da palavra, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral pôs à votação o ponto dois, que foi aprovado com 17 votos a favor, 18 abstenções e 1 voto contra.

Pedro Vieira da ANAR fez uma declaração de voto afirmando que se abstém face aos constrangimentos financeiros colocados à arbitragem e por não haver acompanhamento técnico aos árbitros.

Luis Canogia, da ARS, informou que se o Relatório de Actividades e as Contas tivessem sido votados separadamente teria votado a favor do Relatório de Actividades.

Passando ao novo ponto três da ordem de trabalhos, O Presidente da Mesa da Assembleia Geral passou a palavra ao Presidente da Direção, que apresentou o Orçamento de tesouraria. Informou que a Super Bock duplicou o patrocínio e que essa verba será utilizada na valorização das competições de forma a promover a divulgação da modalidade. Informou também que neste momento há um “deficit” de 228 mil euros nas receitas. Sabe que existe a ideia de que temos de continuar a cortar custos e ir buscar mais dinheiro ao mercado. Mas acredita que o dinheiro que se conseguir ir buscar ao mercado tem de ser seriamente investido em programas de crescimento orgânico e também algum no alto rendimento. Não encontra alternativa de receitas adicionais às duas propostas que foram rejeitadas por esta Assembleia. A FPR não tem condições para contratar recursos de qualidade. Esclareceu que neste momento há uma “escrava” que trabalha sozinha na contabilidade. O rugby gratuito que se foi construindo destruiu o tecido da FPR. Esta permanente falta de verbas está, pois, a dar cabo da modalidade. que está estrangulada por uma dívida de 700 mil euros que perdura há 10 anos e pela gratuidade que é apanágio da modalidade. O Rugby português precisa de ter noção do estado de degradação a que chegou. O Rugby em Portugal começa a ser irrelevante em

termos de número de praticantes e de distribuição geográfica e arrisca-se a ter quebras dos subsídios do IPDJ. Todo o dinheiro que vier tem de ser investido na promoção do Rugby, a modalidade tem de crescer e em quatro anos passar para 12.000 praticantes, para daqui a dez anos ter 20.000 praticantes.

Pedro Lucas, do CR Técnico, concordou com tudo o que foi dito por Luis Cassiano Neves e lamenta que isto não tenha sido dito no primeiro mês após tomada de posse, tendo reforçado a necessidade de haver mais pessoas com maiores competências na FPR. Teceu críticas ao calendário.

Pedro Vieira da ANAR concorda com o delegado Pedro Lucas, referindo ter pena que a exposição emotiva do Presidente da FPR não tenha ocorrido mais cedo. Voltou a referir que está muito preocupado com os valores atribuídos aos árbitros, que de acordo com a apresentação considerou serem de 0% do orçamento e as permanentes dívidas aos mesmos.

Luis Cassiano Neves disse que os custos com recrutamento e formação de árbitros não estão contabilizados na rubrica dos árbitros, mas sim no desenvolvimento, pelo que o montante orçamentado para os árbitros é maior do que está indicado.

Pedro Vieira voltou a reclamar que os árbitros deviam ter um montante equivalente a 10% do orçamento geral da FPR.

Pedro Fragoso Mendes, do GD Direito, considerou que cada um fala do seu problema e nenhum fala do problema do rugby. Olhando para o relatório apresentado, conclui que o seu clube é o maior clube português, não tem um jogador estrangeiro, é o clube que mais títulos tem e mais jogadores dá à selecção, construiu dois campos e não deve nada a ninguém. Não apoiámos o Presidente Luis Cassiano Neves, a quem ao fim de pouco tempo foi retirado o apoio, e não vê como é que a FPR consegue manter a actividade com um buraco de cerca de 230 mil euros. Para além de mais jogadores também são necessários mais adeptos/assistentes e não tem qualquer dúvida relativamente à qualidade da FPR e dos seus serviços, mas entende que todos os clubes têm que ajudar. Incentivou Luis Cassiano Neves a concluir o seu mandato, por reconhecer que o mesmo estava a fazer aquilo a que se comprometeu aquando da sua candidatura e desafiou os clubes a não ficarem sentados à espera de alguém que resolva por eles para depois lhe apontarem o dedo.

Luis Canogia deu os parabéns ao Presidente pela sua intervenção e referiu que a situação é complicada, têm de se aumentar as receitas rapidamente. O Rugby é a 18^a ou 19^a modalidade desportiva em Portugal o que poderá vir a causar, a curto prazo, quebras de receitas do IPDJ. Referiu que temos de encontrar soluções, que os clubes têm de reunir e discutir, são a alma do rugby.

Paulo Picão, da AA Coimbra, apreciou a intervenção de Luis Cassiano Neves que partilha. Actualmente há clubes a trabalharem melhor e não se opõe a que a Académica contribua mais para a FPR desde que se saiba como se vão investir essas verbas. Acredita que a Direcção neste momento, com a actual equipa, estará em condições de implementar o que defende. Lamentou não se ter realizado o Congresso, porque não houve adesão ao mesmo. A FPR deve continuar o trabalho que tem realizado e os clubes têm de apoiar. Sente que há clubes a trabalhar melhor, ainda que sem alinhamento com a FPR. O investimento no marketing e televisão pode dar retorno também aos clubes. Entende que as divisões que existem no rugby português também prejudicaram a Direcção e que temos a obrigação de construir um desporto diferente.

Luis Baptista, do Belas RC, disse que o discurso de Luis Cassiano Neves é o mesmo de há muito tempo a esta parte e a única coisa que mudou no seu discurso foi o tom. O Belas aprovou em anteriores assembleias as propostas apresentadas pela FPR para resolver o problema de tesouraria, mas as mesmas não foram aprovadas pela maioria. Pedro Lucas interveio para referir o facto de existirem seis clubes que aprovaram medidas alternativas que no seu entender resolveriam o problema dos 200 mil euros.

António Paiva Costa, do CRAV, afirmou que ter 400 atletas em Lisboa é mais fácil que ter 200 em Arcos de Valdevez e que a disseminação da modalidade pelo País é muito importante a vários níveis, nomeadamente no que diz respeito aos subsídios do IPDJ.

José Maria Correia de Sampayo, do GDS Cascais, afirmou que o diagnóstico está feito pela FPR e que se for necessário cobrar mais aos clubes que se faça. O que é importante é existir uma visão estratégica de resolução do problema.

Luis Baptista, do Belas, respondeu ao delegado do CRAV que em Lisboa existem vários clubes que têm enormes dificuldades por sofrerem da concorrência dos chamados grandes clubes de Lisboa.

Não havendo lugar a votação do presente ponto da ordem de trabalhos e não havendo quem mais desejasse usar da palavra a este respeito, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral passou ao novo ponto 4 da ordem de trabalhos e deu a palavra ao Presidente da FPR.

Luis Cassiano Neves reconheceu ter falado com o SL Benfica a respeito da questão do modelo competitivo, considerando que o rugby tem de contar com clubes grandes. Lamenta ter induzido em erro o delegado Filipe Grenho, mas a Direcção mantém a aposta no modelo de 8 clubes, referindo que essa redução permite ter um calendário com espaço para as seleções trabalharem e torna o campeonato mais competitivo. Quanto ao calendário, prestou esclarecimentos sobre as datas futuras, assumindo pessoalmente a responsabilidade sobre o processo e pelo que correu menos bem.

O actual calendário sofreu alguma perturbação causada pelo problema do árbitro romeno no jogo Bélgica vs Espanha e pela utilização indevida de jogadores russos e alemães, casos que ainda estão a ser analisados pela Rugby Europe.

Paulo Xavier, do RC Montemor, lamentou que não haja calendários desportivos para quadriénios coincidentes com a realização do campeonato do mundo, o que entende ser fundamental para a venda do produto rugby.

Luis Cassiano Neves referiu de novo que o calendário deste ano só foi alterado pela questão internacional já mencionada. A elaboração do calendário das competições está condicionado pelos organismos internacionais, World Rugby e Rugby Europe, que em setembro passado ainda não sabiam qual iria ser o calendário internacional. No futebol a FIFA e a UEFA fazem esse trabalho de forma muito profissional.

Rodrigo Santos Alves, do SL Benfica, esclareceu que a conversa mantida com o Presidente da Direcção a respeito dos modelos competitivos tem meses e não decorre da classificação do Benfica no campeonato nacional. O SL Benfica achava e continua a achar que o actual modelo se devia manter.

Pedro Lucas interveio para contestar a alteração do calendário de “play off”, tendo Luís Cassiano Neves referido que depois esclareceria pessoalmente o delegado do Técnico a esse respeito.

António Costa questionou a Mesa da Assembleia Geral sobre a hipótese dos delegados poderem votar via teleconferência.

Tito Arantes Fontes, Presidente da Mesa da Assembleia Geral, disse que nada obsta, mas que têm de existir condições técnicas na FPR e no Centro de Medicina Desportiva, local onde normalmente se realizaram as Assembleias Gerais da FPR, para a realização de teleconferências, o que no momento presente não sucede.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu os trabalhos por encerrados pelas vinte e uma horas e dez minutos, lavrando-se a presente acta que vai assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Geral.

F - J - A - J - PL
Lopo Costa / Pedro Lobo
Tito Arantes